

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e Relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	17



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos' a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.** ("PPTE" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.** ("PPTE" ou "Companhia") atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 11 anos de existência. A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. também está presente nos setores de gás, telecomunicações, saneamento, serviços, pesquisa e desenvolvimento e agronegócios. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção da de sete subestações e 539,01 km de linhas com capacidade instalada de 230/400 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 009/2006, adicionalmente está atuando no projeto de reforço na rede transmissão referente ao empreendimento T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV e implantar os reforços em instalações instalação de 3 TPs no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera – Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina.

Transmissão

Contando com 7 subestações e 539 km de linhas de transmissão nas tensões de 440 e 2304 kv, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia recebida do Sistema Interligado (para maiores detalhes vide quadros abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores no Estado São Paulo e Mato Grosso do Sul, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV DOURADOS 2 /DOURADOS C3	3	230	47,7	--	2019	2036
LT 230 kV RIO BRILHANTE /IMBIRUSSU C-1	1	230	149,96	--	2005	2035
LT 230 kV IVINHEMA 2 /DOURADOS 2 C1	1	230	132,3	--	2005	2035
LT 230 kV N.P.PRIMAVERA /IVINHEMA 2 C-1	1	230	64,27	--	2013	2035
LT 230 kV N.P.PRIMAVERA /RIO BRILHANTE C-1	1	230	142,71	--	2005	2035
LT 440 kV P. PRIMAVERA /N.P.PRIMAVERA	2	440	2	--	2005	2035



Transformador	Nº	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 230/138 kV IMBIRUSSU	3	230/138	--	1350	2005	2035
TR 440/230 kV N.P.PRIMAVERA	3	440/230	--	1350	2005	2035

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT PPTE	PPTE	122.364	122.364	2020	Junho	IGPM

Proporcionalmente à parte da Companhia, estes projetos de transmissão consumiram R\$ 27.498 mil de investimentos até 31/12/2023 (R\$ 18.485 mil até 31/12/2022). Abaixo demonstramos a evolução do projeto:

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos

Linha de transmissão - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado até 31/12/2022	Evolução Física em 31/12/2023	Controladora
				Investimento realizado até 31/12/2023
Porto Primavera Transmissora de Energia				
SE Nova Porto Primavera – Reactor bank	67%	16.737	33%	25.000
SE Nova Porto Primavera – TPs	70%	1.748	30%	750
Total		18.485		27.498

Em 31/12/2022, o projeto de reforço SE Nova Porto Primavera - Reactor bank (REA Nº 10.421/21) atingiu uma evolução física de 67% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que alcançou a previsão de início de operação comercial determinada.

Em 31/12/2022, o projeto de reforço SE Nova Porto Primavera – TPs (DSP 1.430/21) atingiu uma evolução física de 70% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que a previsão de início de operação comercial foi antecipada para junho de 2023.

Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial a RAP esperada é de R\$ 121.776 milhões para 2024 (redução de 0,5% em relação a 2023) e de R\$ 126.644 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

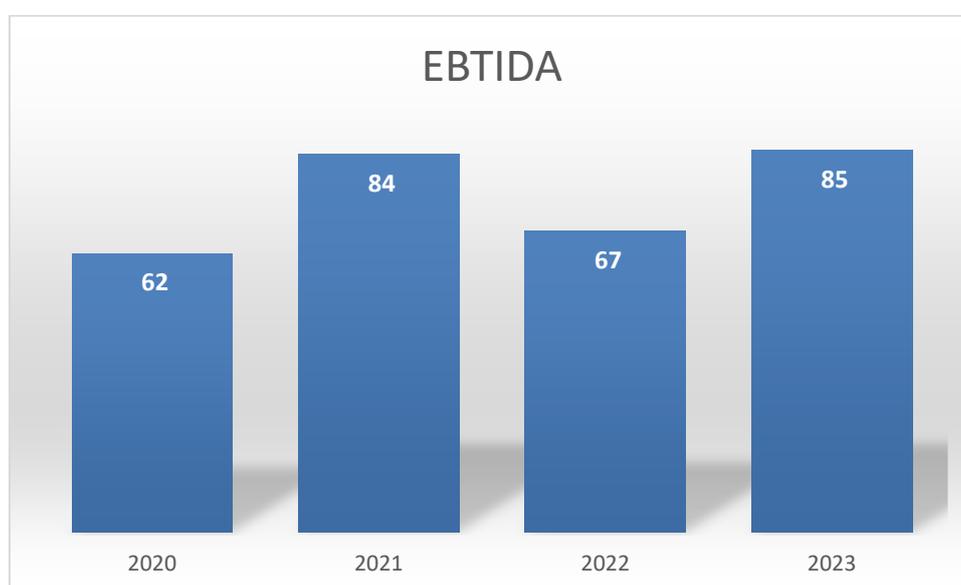
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
128.551	122.364	121.776	126.644	131.706	136.974	142.453



Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 54 milhões, contra R\$ 42 milhões em 2022, um crescimento de 28%. O impacto na variação sobre o lucro líquido é resultante de ajustes associados ao ICPC 01 no valor de (R\$ 43 milhões) em 2023, R\$ 16 milhões em 2022, que resultou em um lucro tributável de R\$ 31 milhões, contra R\$ 67 milhões em 2022, e consequentemente resultando no valor de R\$ 10 milhões de impostos correntes contra R\$ 22 milhões em 2022.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 17% contra 14% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 85 milhões, superior em 27% a 2022, que foi de R\$ 67 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	54
Total	54



PORTO PRIMAVERA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da agência reguladora ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja a Nota 4.1, 12 e 13 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2023 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 376.843 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

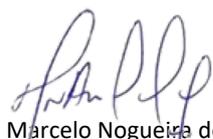
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.585	67.803
Concessionárias e permissionárias	9	13.374	10.654
Contas a receber - partes relacionadas	28	5.057	4.654
Adiantamento a fornecedores		149	107
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	7.170	25
Almoxarifado		1.077	1.460
Outros impostos a recuperar	11	65	952
Outros ativos circulantes		1.453	1.306
		83.930	86.961
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	8.157	8.020
Outros ativos não circulantes		206	151
Imobilizado	12	371.845	379.474
Imobilizado não vinculado à concessão	12	1.204	1.653
Intangível	13	3.794	3.741
Intangível não vinculado à concessão	13	-	28
		385.206	393.067
Total do ativo		469.136	480.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		3.019	5.011
Fornecedores - partes relacionadas	28	456	498
Obrigações sociais e trabalhistas		6.443	6.143
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	17.917	18.290
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	10.675	17.036
Outros impostos a pagar	16	2.889	2.109
Taxas regulamentares	17	1.572	2.176
		42.971	51.263
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	99.223	109.324
Fornecedores partes relacionadas	28	-	20
Provisão para contingências	18	707	151
Obrigações especiais		11.696	12.364
		111.626	121.859
Patrimônio líquido	20		
Capital social		214.035	214.035
Reserva de retenção de lucros		59.207	46.454
Reserva Legal		29.377	26.261
Prejuízo acumulado		11.920	20.156
		314.539	306.906
Total do passivo e do patrimônio líquido		469.136	480.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	106.019	107.250
Custo da operação	22	<u>(28.712)</u>	<u>(26.720)</u>
Lucro bruto		77.307	80.530
Despesas gerais e administrativas	23	(5.269)	(6.882)
Outras despesas operacionais	25	<u>(2.361)</u>	<u>(2.280)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		69.677	71.368
Resultado financeiro	26	<u>(5.435)</u>	<u>(6.748)</u>
Receita financeira		6.891	8.144
Despesa financeira		(12.326)	(14.892)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>64.242</u>	<u>64.620</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	<u>(10.154)</u>	<u>(22.349)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>54.088</u>	<u>42.271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	54.088	42.271
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>54.088</u>	<u>42.271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.035	24.414	53.893	14.823	307.165
Lucro líquido do exercício	-	-	-	42.271	42.271
Constituição de reserva legal (nota explicativa 20)	-	1.847	-	(1.847)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 20)	-	-	-	(10.605)	(10.605)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 20)	-	-	24.486	(24.486)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 20)	-	-	(31.925)	-	(31.925)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	214.035	26.261	46.454	20.156	306.906
Lucro líquido do exercício	-	-	-	54.088	54.088
Constituição de reserva legal (nota explicativa 20)	-	3.116	-	(3.116)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 20)	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 20)	-	-	53.208	(53.208)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 20)	-	-	(40.455)	-	(40.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	214.035	29.377	59.207	11.920	314.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		64.242	64.620
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	15	11.106	13.352
Depreciação e amortização		16.406	15.514
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(4)
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	11	21
Provisão para perda de crédito esperada	9	2	736
Provisão para contingência	18	556	-
Custo de transação de financiamento	15	573	755
Amortização – obrigações especiais		(668)	(667)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(2.722)	1.684
Contas a receber - partes relacionadas		(403)	(930)
Almoxarifado		383	208
Imobilizado e intangível		2.077	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(7.145)	10.128
Outros impostos a recuperar		887	(949)
Adiantamentos a fornecedores		(42)	(20)
Outros ativos		(202)	(461)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(1.992)	1.526
Fornecedores – partes relacionadas		(62)	(136)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.836	(1.138)
Outros impostos a pagar		12.692	2.024
Taxas regulamentares		(604)	650
Outros impostos pagos		(12.813)	(3.649)
Obrigações sociais e trabalhistas		300	686
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		87.418	103.950
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(21.348)	(14.296)
Juros pagos	15	(5.631)	(5.961)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		60.439	83.693
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/ 13	(10.443)	(24.918)
Aplicação títulos e valores mobiliários	10	(52.930)	(44.454)
Resgate títulos e valores mobiliários	10	52.793	42.671
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(10.580)	(26.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	15	(16.523)	(12.825)
Dividendos pagos	20	(40.454)	(31.925)
Juros sobre capital próprio pagos	20	(5.100)	(9.013)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(62.077)	(53.763)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(12.218)	3.229
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		67.803	64.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		55.585	67.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão em 440 kV e 230 kV, composta por duas linhas de transmissão 440 kV

com extensão aproximada de 1 km cada, com origem nos bays 4 e 5 da Subestação UHE Porto Primavera e término na Nova Subestação Porto Primavera, ambas localizadas no Estado de São Paulo, pela nova Subestação Porto Primavera e sua transformação em 440/230 kV, 2x450 MVA, e respectivas conexões à transformação em 440 kV, sem disjuntores e em 230 kV; interligação de barras em 230 kV; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 190 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera 440/230 kV e término na Subestação Dourados, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 300 km, com origem na nova Subestação Porto Primavera

440/230 kV localizada no Estado de São Paulo e término na nova Subestação Imbirussu 230/138 kV, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul; pela Subestação Imbirussu 230/138 kV e sua transformação 230/138 kV 2x150 MVA e respectivas conexões à transformação; pelas respectivas entradas de linha em 230 kV; barramentos 230 kV e 138 kV; interligação de barras em 230 kV e 138 kV e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, telecomunicação, administração e

apoio. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 539 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.933/21, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 10.421/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-034 - SE Nova Porto Primavera - instalação do primeiro banco de reatores de barra 440kV.

De acordo com o Despacho Aneel nº 1.430/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações instalação de 3 TPs no bays de conexão da LT 440 kV Nova Porto Primavera – Porto Primavera C1 e C2 na UHE Porto Primavera e adequações necessárias para integração dessas informações ao sistema scada da usina (caixa de junção, lp's, cabeamento, ajustes no supervisão, etc.)

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711 (quarenta e três milhões, setecentos e onze mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.945 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 123.158 (cento e vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 121.570 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e setenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas

e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito estimada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e Nota 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 20 a 27, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções

vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13- Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da

aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito estimada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para perda de crédito estimada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almoxarifado

Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos,

que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso

econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

a. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 15, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma

entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		83.930	64.386	148.316	86.961	60.682	147.643
Caixa e equivalentes de caixa		55.585	-	55.585	67.803	-	67.803
Concessionárias e permissionárias		13.374	-	13.374	10.654	-	10.654
Contas a receber – partes relacionadas		5.057	-	5.057	4.654	-	4.654
Almoxarifado		1.077	-	1.077	1.460	-	1.460
Adiantamentos a fornecedores		149	-	149	107	-	107
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.170	-	7.170	25	-	25
Impostos a recuperar		65	-	65	952	-	952
Ativos de contrato	a	-	64.386	64.386	-	60.682	60.682
Outros ativos circulantes		1.453	-	1.453	1.306	-	1.306
Ativo não circulante		385.206	20.085	405.291	393.067	7.101	400.168
Títulos e valores mobiliários		8.157	-	8.157	8.020	-	8.020
Ativos de contrato	a	-	395.480	395.480	-	389.991	389.991
Outros ativos não circulantes		206	-	206	151	-	151
Imobilizado	b	371.845	(371.647)	198	379.474	(379.195)	279
Imobilizado não vinculado à concessão		1.204	-	1.204	1.653	-	1.653
Intangível	b	3.794	(3.748)	46	3.741	(3.695)	46
Intangível não vinculado à concessão		-	-	-	28	-	28
		469.136	84.471	553.607	480.028	67.783	547.811

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		42.971	-	42.971	51.263	-	51.263
Fornecedores - terceiros		3.019	-	3.019	5.011	-	5.011
Fornecedores - partes relacionadas		456	-	456	498	-	498
Obrigações Sociais e Trabalhistas		6.443	-	6.443	6.143	-	6.143
Empréstimos e financiamentos com terceiros		17.917	-	17.917	18.290	-	18.290
Imposto de renda e contribuição social a pagar		10.675	-	10.675	17.036	-	17.036
Tributos e contribuições sociais		2.889	-	2.889	2.109	-	2.109
Taxas regulamentares		1.572	-	1.572	2.176	-	2.176
Passivo não circulante		111.626	96.391	208.017	121.859	87.939	209.798
Empréstimos e financiamentos com terceiros		99.223	-	99.223	109.324	-	109.324
Fornecedores partes relacionadas		-	-	-	20	-	20
Provisão para contingências		707	-	707	151	-	151
Impostos diferidos	c	-	108.087	108.087	-	100.303	100.303
Obrigações especiais	f	11.696	(11.696)	-	12.364	(12.364)	-
Patrimônio líquido		314.539	(11.920)	302.619	306.906	(20.156)	286.750
Capital social		214.035	-	214.035	214.035	-	214.035
Reserva de retenção de lucros	g	59.207	-	59.207	46.454	-	46.454
Reserva legal		29.377	-	29.377	26.261	-	26.261
Prejuízo acumulado	d/e	11.920	(11.920)	-	20.156	(20.156)	-
		469.136	84.471	553.607	480.028	67.783	547.811

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	106.019	11.843	117.862	107.250	1.553	108.803
Custo da operação	e	(28.712)	2.971	(25.741)	(26.720)	(6.417)	(33.137)
Lucro bruto		77.307	14.814	92.121	80.530	(4.864)	75.666
Despesas gerais e administrativas		(5.268)	-	(5.268)	(6.882)	-	(6.882)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(2.361)	-	(2.361)	(2.280)	-	(2.280)
Resultado antes do resultado financeiro		69.678	14.814	84.492	71.368	(4.864)	66.504
Resultado financeiro		(5.436)	-	(5.436)	(6.748)	-	(6.748)
Receita financeira		6.891	-	6.891	8.144	-	8.144
Despesa financeira		(12.327)	-	(12.327)	(14.892)	-	(14.892)
Lucro antes dos impostos		64.242	14.814	79.056	64.620	(4.864)	59.756
IRPJ e CSLL correntes		(10.154)	-	(10.154)	(22.349)	-	(22.349)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(6.578)	(6.578)	-	(470)	(470)
Lucro líquido do exercício		54.088	8.236	62.324	42.271	(5.334)	36.937

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	<u>302.619</u>	<u>286.750</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(459.865)	(450.673)
Imobilizado	371.647	379.195
Intangível	3.748	3.695
Impostos diferidos passivos	108.087	100.303
Obrigações especiais	<u>(11.697)</u>	<u>(12.364)</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>314.539</u></u>	<u><u>306.906</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>62.324</u>	<u>36.937</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(62.720)	(61.087)
Margem de construção	77.234	74.965
Outras receitas	(27.564)	(15.589)
PIS/COFINS Diferido	1.207	158
Depreciação regulatória	(15.322)	(14.305)
Custo de Construção	9.001	18.485
Custo de Operação e Manutenção	3.350	2.237
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>6.578</u>	<u>470</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>54.088</u></u>	<u><u>42.271</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os

saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. *Outros passivos não circulantes – (Obrigações Especiais)*

As obrigações especiais são ativos vinculados à concessão, amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos, nota explicativa 4.3 - Resumo das principais práticas contábeis regulatórias materiais.

g. *Reserva de lucros*

Os ajustes decorrentes da reconciliação das práticas contábeis das demonstrações contábeis societárias para regulatórias conforme apresentados nos ajustes sobre resultado nos itens acima desta nota, impactam diretamente na forma de apuração do resultado da Companhia, devido a forma de reconhecimento da receita.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-
Banco	8.343	7.858
Aplicações financeiras (i)	47.242	59.945
	55.585	67.803

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 103,33% do CDI em 2023 e de 103,14% do CDI em 2022. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e taxas, das despesas operacionais, aumento do volume de amortização do principal e juros sobre os financiamentos obtidos com terceiros e também aumento no pagamento de dividendos em 2023.

9. Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (i)	10.944	9.886
Vencidas até 30 dias	35	24
Vencidas até 60 dias	331	4
Vencidas até 90 dias (i)	777	9
Vencidas até 120 dias (i)	268	5
Vencidas até 180 dias	172	690
Vencidas de 181 a 360 dias	-	-
Vencidas há mais de 360 dias	1.643	830
	14.170	11.448
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(796)	(794)
	13.374	10.654

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(794)	(58)
Reversão	7	28
Adição (ii)	<u>(9)</u>	<u>(764)</u>
Saldo final	<u><u>(796)</u></u>	<u><u>(794)</u></u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

10. Títulos e valores imobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – financiamentos (i)	<u>8.157</u>	<u>8.020</u>
	<u><u>8.157</u></u>	<u><u>8.020</u></u>

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A..

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

- (i) A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de cobertura da dívida estava de acordo com o índice exigido em contrato.

11. Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ Saldo Negativo (i)	5.477	15
CSLL saldo negativo (i)	1.689	6
Outros	4	4
	<u>7.170</u>	<u>25</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	2	-
INSS (ii)	-	42
Tributos Municipais	1	1
IRRF sobre aplicação financeira (iii)	-	849
Outros	62	60
	<u>65</u>	<u>952</u>

- (i) Variação refere-se à utilização dos créditos de saldo negativo durante o exercício de 2022;
- (ii) Variação refere-se a créditos de INSS de empregados constituídos em 2022 e utilizados durante o ano de 2023;
- (iii) Variação refere-se a créditos de IRRF sobre aplicação financeira constituídos em 2022 e utilizados durante o ano de 2023.

12. Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)+(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Ativo imobilizado em serviço												
Transmissão	484.394	-	-	31.307	515.701	31.307	(185.854)	329.847	314.409	(15.309)	3.613	(11.696)
Terrenos	76	-	-	18	94	18	-	94	76	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.749	-	-	637	10.386	637	(3.632)	6.754	6.474	-	-	-
Máquinas e equipamentos	471.793	-	-	30.649	502.442	30.649	(180.402)	322.040	306.681	(15.309)	3.613	(11.696)
Veículos	2.527	-	-	-	2.527	-	(1.611)	916	1.129	-	-	-
Móveis e utensílios	249	-	-	3	252	3	(209)	43	49	-	-	-
				-								
Administração	678	-	-	35	713	35	(528)	185	239	-	-	-
Máquinas e equipamentos	293	-	-	35	328	35	(231)	97	97	-	-	-
Veículos	369	-	-	-	369	-	(285)	84	137	-	-	-
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16	-	(12)	4	5	-	-	-
	485.072	-	-	31.342	516.414	31.342	(186.382)	330.032	314.648	(15.309)	3.613	(11.696)
Ativo imobilizado em curso												
Transmissão	64.785	10.248	(1.926)	(31.307)	41.800	(22.985)	-	41.800	64.785	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	716	-	(637)	79	79	-	79	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	404	743	(20)	(386)	741	337	-	741	404	-	-	-
Móveis e utensílios	-	15	-	(3)	12	12	-	12	-	-	-	-
Outros	64.381	8.774	(1.906)	(30.281)	40.968	(23.413)	-	40.968	64.381	-	-	-
Administração	41	7	-	(35)	13	(28)	-	13	41	-	-	-
Máquinas e equipamentos	41	7	-	(35)	13	(28)	-	13	41	-	-	-
	64.826	10.255	(1.926)	(31.342)	41.813	(23.013)	-	41.813	64.826	-	-	-
Ativo imobilizado	549.898	10.255	(1.926)	-	558.227	8.329	(186.382)	371.845	379.474	(15.309)	3.613	(11.696)

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3.109	12	(162)	-	2.959	(150)	(1.755)	1.204	1.653
Ativo não vinculado	3.109	12	(162)	-	2.959	(150)	(1.755)	1.204	1.653

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	515.701	(185.854)	329.847	314.409
Administração	7,51%	713	(528)	185	239
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	2.959	(1.755)	1.204	1.653
		519.373	(188.137)	331.236	316.301

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado em curso por tipo de gasto capitalizado em 2023 é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	716
Máquinas e Equipamentos	743
Móveis e Utensílios	15
Projetos - diversos	8.774
Total das adições	10.248

Adições do ativo imobilizado em curso	Material Equipamentos	Total
Administração		
Máquinas e Equipamentos	7	7
Total das adições	7	7

12.2 As dez principais adições (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. REATOR RBI-A F. AZUL 33,3 MVAR, TENS-V: 254.034, COR. NOM.-A: 131,08, MONOF., PROLEC, SMO-NN, ANO 2022, S.111881-1, SETOR 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.461
2. REATOR RBI-B F. BRANCA 33,3 MVAR, TENS-V: 254.034, COR. NOM.-A: 131,08, MONOF., PROLEC, SMO-NN, ANO 2022, S. 111881-2, SETOR 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.461
3. REATOR RBI-V F. VERM. 33,3 MVAR, TENS-V: 254.034, COR. NOM.-A: 131,08, MONOF., PROLEC, SMO-NN, ANO 2022, S. 111881-3, SETOR 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.461
4. REATOR RBI-R F.RESERVA 33,3 MVAR, TENS-V: 254.034, COR. NOM.-A: 131,08, MONOF., PROLEC, SMO-NN, ANO 2022, S. 111881-4, SETOR 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.461
5. PAINEL PPCP-RB1 DE PROTECAO PRINCIPAL DO REATOR DE BARRAS RBI, FUNCAO: PROTECAO, NARI, CASA DE RELES	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.812
6. PAINEL PPCA-RB1 DE PROTECAO ALTERNADA DO REATOR DE BARRAS RBI, FUNCAO: PROTECAO, NARI, CASA DE RELES	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.812
7. DJ 852CX, TENS-V: 550.000, COR. NOM.-A: 4.000, ISOLAM.: A GAS (SF6), CAP. INTERUP.: 50,00, SIEMENS, 3AP2 FI, ANO 2022, SERIE 199021CB01	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.401
8. CUBICULO COMUM DOS READORES, FUNCAO: MANOBRA E SINALIZACAO, PROLEC, SETOR DE 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	930
9. SISTEMA PROTECAO CONTRA INCENDIO DOS READORES, COM 3 PAREDES CONCRETO DE 8,35 X 6,25 M, TIPO: PAREDE CORTA-FOGO, SETOR DE 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	599
10. SISTEMA DE COLETA DE OLEO ISOLANTE DOS READORES, COM 9,50 X 4,30 M, SETOR DE 440 KV	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	559
Total das adições		20.957

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420 (CORE I5-1145G7, RAM 16GB, M.2 SSD 512GB, WIFI AX201, HD, BAT. 3 CEL, ABSOLUTE CONTROL OTB MMCLA 1A, CARBON BLACK NEXT GEN ANTIV 1A, OFFICE H&B 21, 1. WIN10PRO(INCW11PROLIC)BR PT)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	33
2. TRAVA DE SEGURANCA COM CADEADO KENSINGTON N17	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
3. CONJUNTO DELL PRO WIRELESS COMPOSTO POR TECLADO E MOUSE KM5221W	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
Total das adições		35

12.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

13. Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	3.718	-	-	160	3.878	160	(192)	3.686	3.646
Servidões	3.624	-	-	-	3.624	-	-	3.624	3.624
Softwares	94	-	-	160	254	160	(192)	62	22
Administração	48	-	-	3	51	3	(41)	10	10
Softwares	48	-	-	3	51	3	-	10	10
	3.766	-	-	163	3.929	163	(233)	3.696	3.656
Ativo intangível em curso									
Transmissão	49	173	-	(160)	62	13	-	62	49
Softwares	49	173	-	(160)	62	13	-	62	49
Administração	36	3	-	(3)	36	-	-	36	36
Softwares	36	3	-	(3)	36	-	-	36	36
	85	176	-	(163)	98	13	-	98	85
Ativo Intangível	3.851	176	-	-	4.027	176	(233)	3.794	3.741

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Valor em		Baixas	Transf.	Valor em	Adições	Amortização	Valor	Valor líquido
	31/12/2022	Adições (a)	(b)	(c)	31/12/2023	líquidas =	acum.	em	em 31/12/2022
						(a)-(b)+(c)		31/12/2023	
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>165</u>	-	-	-	<u>165</u>	-	(165)	-	<u>28</u>
Ativo não vinculado	<u>165</u>	-	-	-	<u>165</u>	-	(165)	-	<u>28</u>

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	3.878	(192)	3.686	3.646
Administração (i)	10,00%	51	(41)	10	10
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	20,00%	165	(165)	-	28
		4.094	(398)	3.696	3.684

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível em curso por tipo de gasto capitalizado em 2023 é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos	Total
Transmissão		
Software	173	173
Total das adições	173	173

Adições do Intangível em curso	Outros gastos	Total
Administração		
Software	3	3
Total das adições	3	3

13.2 As principais adições (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2023:

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
TOWER - PROGRAMA PARA ANALISE E		
1. PROJETO	SOFTWARE	107
2. SERVICO DE ATUALIZACAO DE LICENCA	SOFTWARE	53
Total das adições		160

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço em 2023:

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

14. Fornecedores – terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra	1.446	222
Fornecedores relacionados à construção (i)	1.075	4.385
Gastos ambientais e fundiários	10	10
Prestadores de serviços	211	126
Almoxarifado	149	-
Outros	128	268
	3.019	5.011

- (i) Variação refere-se a compra de reator para projeto de reforço conforme Resolução Autorizativa nº 10.421/21, que autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica

15. Financiamentos - Terceiros

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	fev/19	fev/29	(i)	TJLP + 4,3% a.a	117.140	127.614
					117.140	127.614
Circulante					17.917	18.290
Não circulante					99.223	109.324
					117.140	127.614

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial 11.106	Liquidação juros (5.631)	Novas captações	Liquidação principal (16.523)	Custo de transação a amortizar 574	Saldo final Bruto 31/12/2023 117.140
Debêntures	127.614	11.106	(5.631)	-	(16.523)	574	117.140
Total	127.614	11.106	(5.631)	-	(16.523)	574	117.140

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial 13.352	Liquidação juros (5.961)	Novas captações	Liquidação principal (12.825)	Custo de transação a amortizar 755	Saldo final Bruto 31/12/2022 127.614
Debêntures	132.293	13.352	(5.961)	-	(12.825)	755	127.614
Total	132.293	13.352	(5.961)	-	(12.825)	755	127.614

Debêntures

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c. Garantias

- Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão.
- Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia.
- Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento à Primeira Emissão de Debentures da Companhia foi liberada em agosto de 2022.

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2023.

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	
(+) EBITDA	85.416
(-) Pagamento de IR + CS	(21.348)
B) Serviço da Dívida	
(+) Amortização de dívida	16.523
(+) Pagamento de juros	5.631
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,9

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	64.242
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	5.435
(+/-) Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>	15.739

O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	61.555
Ebitda (B)	85.416
DV/Ebitda (A/B)	0,72%

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, conforme cálculos abaixo:

Dívida Líquida (A)	61.555
Patrimônio Líquido (B)	314.539

Índice de Capitalização (B/(A+B)) 84%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2025	16.219
2026	16.219
2027	17.795
2028	22.522
2029	26.468
	99.223

16. Tributos e contribuições sociais

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	8.003	12.834
CSLL (i)	2.672	4.202
	10.675	17.036

Outros impostos a pagar

PIS	162	146
COFINS	751	682
Imposto de renda retido na fonte	947	45
INSS	465	546
FGTS	160	146
ISS	86	256
Outros	318	288
	2.889	2.109

- (j) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do ano de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário.

17. Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	265	53
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	35	198
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.250	1.925
CDE a pagar (iv)	22	-
	1.572	2.176

- (i) **RGR**
Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 413 (quatrocentos e treze mil reais).

(iii) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iv) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31 de dezembro de 2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01 de janeiro de 2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D.

18. Provisão de contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Servidões	285	151
Trabalhista	422	-
	<u>707</u>	<u>151</u>

A movimentação dos processos prováveis está a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	151	151
Adições e reversões, líquidas (i)	371	(12)	359
Atualizações monetárias	51	146	197

Saldo em 31 de dezembro de 2023	422	285	707
	Servidões		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	151		151
Adições e reversões, líquidas (i)	-		-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	151		151

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação do processo 0100795-91.2006.8.12.0002, no valor de R\$ 114 (cento e quatorze mil reais) com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão com decisão judicial em sede de RESP no STJ. Atualmente o processo está em fase de cumprimento de sentença onde existe discussão a respeito dos cálculos apresentados. A adição ocorrida na linha trabalhista diz respeito a três casos que foram reclassificados e passaram de possível para provável totalizando o risco de R\$ 422 (quatrocentos e vinte e dois mil reais) informado.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal (i)	2.436	2.313
Trabalhistas (ii)	-	1.016
	<u>2.436</u>	<u>3.329</u>

- (i) Processos Fiscais: Referem-se à duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. Nos dois casos houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso pela Fazenda Nacional e aguarda-se julgamento dos recursos. O valor envolvido nas duas ações é de R\$ 2.313 (dois milhões, trezentos e treze mil reais).
- (ii) Processos Trabalhistas: Em 2022 referem-se a específicos três casos trabalhistas nos quais há discussão acerca de verbas trabalhistas contratuais e seus reflexos. As movimentações mais relevantes refere-se aos processo nº 0025109-84.2021.5.24.0002 que tem valor de exposição de R\$ 413 (quatrocentos e treze mil reais), está em grau de recurso contra julgamento de procedência parcial da ação e aguarda-se julgamento do recurso e o processo 0010449-16.2022.5.15.0127 no valor de R\$ 313 (trezentos e treze mil reais) que alterou seu risco para provável conforme citado em nota acima sobre a composição de causas prováveis.

19. Obrigações Especiais

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Especiais	11.696	12.364
	<u>11.696</u>	<u>12.364</u>

Composição destas obrigações

Obrigações especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Total
Em Serviço				
Máquinas e equipamentos	3,71%	(15.309)	3.613	(11.696)
Total		(15.309)	3.613	(11.696)

Movimentação ocorrida no exercício:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	(15.309)	-	-	-	(15.309)	-	3.613	(11.696)	(12.364)
Máquinas e equipamentos	(15.309)	-	-	-	(15.309)	-	3.613	(11.696)	(12.364)
Total	(15.309)	-	-	-	(15.309)	-	3.613	(11.696)	(12.364)

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035 (duzentos e quatorze mil e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 59.207 (cinquenta e nove milhões, duzentos e sete mil reais) e R\$ 46.454 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Lucros acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 11.920 (onze milhões, novecentos e vinte mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 20.156 (vinte milhões, cento e cinquenta e seis mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	62.323	36.936
Reserva legal (5%)	<u>(3.116)</u>	<u>(1.847)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>59.207</u>	<u>35.090</u>
Dividendo mínimo obrigatório(ii)	<u>592</u>	<u>351</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(6.000)</u>	<u>(10.605)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995 e aprovado pelos acionistas através das atas de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizadas em 21/12/2023 e 14/12/2022 respectivamente.
- (ii) Devido os valores da distribuição de JCP terem sido superiores aos valores dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão dos mesmos para os exercícios de 2023 e 2022.

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	24/05/2022	-	(31.925)	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	(9.013)	(931)
RCA	20/07/2023	(40.455)	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	(5.100)	-	(900)
	Total	<u>(40.455)</u>	<u>(31.925)</u>	<u>(5.100)</u>	<u>(9.013)</u>	<u>(1.831)</u>

21. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	<u>122.253</u>	<u>124.605</u>
Receita de rateio de antecipação	<u>(2.073)</u>	<u>(2.953)</u>

Receita de encargos de transmissão	81.409	89.296
Receita de novas obras RBNI	34.620	31.009
Receita Rede de Fronteira	10.337	10.446
Receita de CCT	194	237
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(8.701)	(8.132)
Descontos Incidentes na TUST (i)	6.463	5.662
Indisponibilidade de equipamentos	4	(972)
Outras receitas de operação	-	12
Deduções da receita operacional	(16.234)	(17.355)
PIS	(2.015)	(2.058)
COFINS	(9.280)	(9.481)
RGR	(3.479)	(4.320)
P&D	(1.059)	(1.072)
TFSEE	(401)	(424)
	106.019	107.250

- (i) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

22. Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(9.278)	(9.384)
Material	(1.613)	(1.049)
Serviços de terceiros	(1.303)	(1.002)
Depreciação e amortização	(15.322)	(14.305)
Gastos diversos	(946)	(804)
Outros	(250)	(176)
	(28.712)	(26.720)

- (i) Variação refere-se à contratação de novos colaboradores, dissídios e méritos no exercício de 2023

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.838)	(3.741)
Material	(75)	(103)
Serviços de terceiros	(503)	(624)
Arrendamentos e aluguéis	(135)	(112)
Provisão/reversão (i)	(373)	(736)
Tributos	(97)	(21)
Depreciação e amortização	(91)	(217)
Patrocínios (ii)	(479)	(605)
Outras	(678)	(723)
	(5.269)	(6.882)

- (i) Em 2022 o saldo refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperado (PCE) do Grupo Quinturará conforme nota explicativa 9.
- (ii) Valor refere-se a patrocínios em programas sociais como Instituto Mano Down, Educare, entre outros

24. Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(5.891)	(6.122)
Encargos	(2.079)	(2.051)
Previdência Privada	(74)	(122)
Outros Benefícios - Corrente	(1.187)	(1.118)
Outros	(47)	29
	<u>(9.278)</u>	<u>(9.384)</u>
Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(1.225)	(1.484)
Encargos	(411)	(568)
Previdência Privada	(28)	(43)
Benefícios	(228)	(277)
Outros	(88)	(336)
Administradores	(858)	(1.033)
	<u>(2.838)</u>	<u>(3.741)</u>
	<u>(12.116)</u>	<u>(13.125)</u>

25. Outras (despesas) /receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas de Contratos de Compartilhamento das Instalações de Transmissão (CCI)	246	232
Tributo sobre a receita	(23)	(21)
Gastos Diversos Serviços de O&M	(1.796)	(1.578)
Pessoal	(427)	(261)
Serviços de Terceiros	(24)	(330)
Depreciação e Amortização	(327)	(321)
Outros	(10)	(1)
	<u>(2.361)</u>	<u>(2.280)</u>

26. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira (i)	6.891	8.144
Receitas de aplicações financeiras	7.211	7.634
Outras receitas financeiras	16	908
Tributos sobre receitas financeiras	(336)	(398)
Despesa financeira (ii)	(12.326)	(14.892)
Variações monetárias passivas	(5.697)	(7.479)
Juros sobre financiamentos	(5.410)	(5.873)
Amortização do custo do empréstimo	(573)	(755)
Multas e acréscimos moratórios	(66)	(20)
Outras despesas financeiras	(580)	(765)
	<u>(5.435)</u>	<u>(6.748)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a aumento da receita de aplicação financeira devido as aplicações referentes a sobra de caixa no exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a redução da atualização monetária sobre debêntures.

27. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	79.055	59.755
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.821	2.515
Ajustes ICPC 01	(42.773)	16.689
Juros s/ Capital Próprio	(6.000)	(10.604)
Outros	(1.319)	(1.041)
Lucro Real	30.784	67.314
Lucro Real (Após Compensação)	30.784	67.314
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(7.672)	(16.805)
Inc. Fiscais	407	608
IRPJ devido (25%)	(7.265)	(16.197)
CSLL (9%)	(2.889)	(6.152)
IR e CS correntes	(10.154)	(22.349)
Alíquota Efetiva	13%	37%

28. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

28.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>5.057</u>	<u>4.654</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	5.057	4.642
Intercompany Itatim - Despesas gerais- fundo fixo	-	12

28.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<u>456</u>	<u>518</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	440	498

Aluguel (ii)	16	-
Intercompany Itatim - Despesas gerais – fundo fixo	-	20

28.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>16.395</u>	<u>15.220</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	16.516	15.649
Aluguel (ii)	(121)	(105)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(324)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2023.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

28.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	375	401
Benefícios diretos e indiretos	63	70
Encargos	184	234
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>236</u>	<u>328</u>
Valor total da remuneração	858	1.033

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

29. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 29.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção

monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

29.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.585	67.803
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	28	5.057	4.654
Concessionárias e permissionárias	9	13.374	10.654
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos - terceiros	15	117.140	127.614
Fornecedores - terceiros		3.019	5.011
Fornecedores - partes relacionadas	28	456	518

29.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: 117.140
Cálculo valor justo: 110.580

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

29.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

		31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalente	8	55.585	67.803
Contas a receber partes relacionadas	28	5.057	4.654
Concessionária e Permissionárias	9	13.374	10.654
Passivos Financeiros			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	15	117.140	127.614

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

30. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.151	160.151
Veículos	Carros	2.520	2.879
		<u>182.671</u>	<u>183.030</u>

32. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 7.386 (sete milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	77
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	416
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.766
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.093
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	42
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	12
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	634
PPTE-PM-2022-6756	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	67
SGBH (8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235
				<u>7.386</u>

Cronograma de vencimento
2024

Em R\$
7.386
7.386

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2